

Resistências e mobilizações dos trabalhadores no comércio no Brasil

Patrícia Trópia – Universidade Federal de Uberlândia

Resumo – Desde os anos 2000, diferentes mobilizações dos trabalhadores na França, Brasil e mais recentemente nos Estados Unidos, chamam a atenção dos pesquisadores posto que tais mobilizações podem indicar mudanças no tipo e na forma da ação coletiva no setor do comércio, que inapropriadamente tem sido considerada como um ‘deserto sindical’. No Brasil, as greves dos comerciários são numericamente raras, quando comparadas às greves operárias, de trabalhadores do setor público e de classes médias. A presença sindical no setor é relativamente frágil e as taxas de sindicalização representam menos da metade da média nacional. Entretanto, no setor de supermercados e hipermercados e nas grandes redes e centros de distribuição (CDs) têm emergido algumas ações de resistência e mobilizações atípicas. Trabalhadores tentam pressionar os sindicatos para a luta. Centrais, confederações e sindicatos tentam organizar os trabalhadores para lutar contra os baixos salários (o salário dos trabalhadores no comércio é próximo ao salário mínimo), empregos precários e flexíveis, horários de trabalho atípicos (determinado pelo fluxo de clientes), assédio moral no trabalho, violência e sofrimento de trabalho. Entidades e organizações de migrantes ajudam a organizar campanhas de sindicalização e paralisações em empresas historicamente conhecidas por suas políticas anti-sindicais (Wal-Mart, por exemplo). Alguns fatores estruturais e históricos constituem a base material deste processo: concentração de trabalhadores em grandes áreas; elevado nível de concorrência global; necessidade de lucro rápido; fechamento de grandes empresas e demissão de trabalhadores; crises econômicas; estrangulamentos econômicos; rotatividade; assédio moral, redução dos direitos e benefícios sociais. Todos estes fatores impactam sobre os trabalhadores do comércio, especialmente entre mulheres, migrantes. Com base em pesquisas de campo, o objetivo deste artigo é analisar o modo de resistência, os níveis de militância, o drama de mobilizações (greves, ações jurídicas, campanhas) dos trabalhadores no comércio varejista no Brasil.

Resistances and mobilisations of the retail workers in Brazil

Abstract - Since 2000s, different mobilisations of the retail workers in France, Brazil, and more recently in the United States, have drawn attention from researchers because the mobilisations can indicate some changes in the type and shape of collective actions of the retail sector, with has been inappropriately considered for a long time, as “union desert”. In Brazil, the strikes of retail workers are numerically rare, when they are compared to blue-collar workers, public sectors workers or middle class workers. The union presence in the retail sector is relatively fragile and the unionisation rates, account for the half of the national average. However, in the sectors of supermarkets and hypermarkets and retail chains some actions of resistance and mobilisations have erupted. Workers try to press unions to the fight. Unions, confederations and central-unions try to organise the workers to fight against lower wages (the retail workers salary is close to the minimum wage), flexible and precarious employment, atypical working hours (determined by the customer flow), workplace bullying, violence and strenuousness of work. Some structural and historical factors constitute the material basis of this process: concentration of workers in big areas; high level of global competition; need for fast profit; closure of big companies and the dismissal of workers; economical crises; economical constraints; turnover; reduction of social rights and social programs. Those factors impact on the retail workers, especially on the women. Based in field researches, the purpose of this

paper is to analyse the mode of resistances, the levels of militancy, the drama of mobilisations (strikes, juridical actions, campaigns) of the retail of workers in Brazil.

I. Introdução

Nos anos 1990, a sociedade brasileira sofreu profundas transformações nos âmbitos político, econômico e ideológico. Embora tardias, relativamente ao cenário europeu e latino-americano, as reformas do Estado e da economia ocorreram no sentido de liberar as barreiras alfandegárias, reduzir as funções estatais, aprofundar a desregulamentação do capital financeiro e do trabalho. A partir do governo de Fernando Collor de Mello, em 1990, se inicia o processo de reforma do Estado brasileiro com vistas à sua adequação ao mercado mundial. As reformas orientadas para o mercado diziam respeito a três mudanças fundamentais: 1) abertura comercial e desregulamentação do mercado de capitais; 2) redução do Estado (privatizações e redução de gastos sociais); e 3) desregulamentação do mercado de trabalho.

O governo Collor consolidou a política de privatizações, modificou a política salarial - ao implementar a livre negociação - e abriu a economia ao comércio exterior. Todas estas políticas foram justificadas em nome do estado mínimo, da competitividade, da redução de gastos públicos e da inserção do país na nova ordem internacional. Itamar Franco, por sua vez, manteve os pilares do modelo implantado pelo seu antecessor, embora tenha reduzido o ímpeto das privatizações. A principal mudança realizada durante seu governo foi a estabilização monetária, com o lançamento do Plano Real. O governo restringiu o crédito e elevou a taxa de juros, além de se apoiar na abertura comercial como mecanismo auxiliar. A estabilidade monetária foi o principal mecanismo para o ingresso do Brasil no mercado mundial de capitais. Com a desregulamentação do mercado de capitais brasileiro aos investidores internacionais, o país aumenta a sua dependência e conseqüentemente fica mais vulnerável aos grandes grupos financeiros e aos movimentos (fugas, crises) dos capitais.

Fernando Henrique Cardoso, em 1995, encaminhou ao Congresso Nacional vários projetos de emenda constitucional, que visavam implementar as reformas tributária, administrativa e previdenciária (GALVÃO, 2003). A reforma previdenciária – cuja justificativa era reduzir o “déficit” público – visava “aumentar o tempo de contribuição dos trabalhadores e reduzir o valor dos benefícios pagos pelo Estado, abrindo caminho para a previdência privada” (GALVÃO, 2003). Durante o primeiro mandato de FHC a legislação trabalhista sofre importantes mudanças. Se num primeiro momento a abertura comercial, a redução do Estado e as privatizações contribuíram direta ou indiretamente para o acréscimo da cifra de desempregados e de trabalhadores

precarizados, terceirizados e informais - aumentando a concorrência do mercado de força de trabalho e conseqüentemente rebaixando o seu valor -, a implantação da Lei do Trabalho Temporário e da *Lay Off*, em 1998, instituíram as bases legais do novo modelo capitalista brasileiro.

Estas políticas alteraram as relações de trabalho: da condição de assalariados contratados formalmente e com estabilidade na renda, parte relativa dos trabalhadores passou a ser contratada de forma bastante variada - subcontratação indireta (terceirização), subcontratação direta (autônomo) ou contratação regida por metas de produtividade. Uma parcela de trabalhadores da baixa e média classe média e de trabalhadores manuais passou a ser contratado por tempo determinado ou na condição de prestador de serviços (SANTOS, 2002).

Ocorreram também mudanças na composição ocupacional no Brasil, com a queda nas ocupações agrícolas e industriais e o aumento do setor do comércio e de serviços. Os setores mais baixos da classe média foram afetados com a desregulamentação do mercado de trabalho, em particular com a adoção de formas mais precárias de contratação e, portanto, de intensificação da exploração capitalista. O setor do comércio, que já era tradicionalmente marcado pelas irregularidades nos contratos (como o caixa-dois), será afetado, paradoxalmente, naquela que é sua histórica reivindicação: a regulamentação da jornada de trabalho.

A tendência observada a partir da década de 1990 foi, ao revés das iniciativas de alguns sindicatos de comerciários, a implantação do trabalho aos domingos e feriados, quando o governo FHC oficializa a abertura de shoppings e supermercados nestes dias.

O contrato temporário e a *lay-off* passam, por sua vez, a ser práticas corriqueiras no comércio. Outro aspecto importante é a tendência de investimento externo no setor do comércio, especialmente de supermercados, e a consolidação do processo de concentração, a julgar pelo fato de que as três maiores empresas do setor de supermercados, no Brasil, são o Grupo Pão de Açúcar (Cia. Brasileira de Distribuição), Carrefour e WalMart.

Como estas mudanças afetam os comerciários?

II. A histórica precariedade do trabalho no comércio

As mais longas jornadas

Uma das questões mais latentes do trabalho no comércio refere-se à jornada de trabalho. Como evidencia a **tabela 1**, a jornada média semanal dos ocupados no setor do comércio, em 2012 e 2013, é superior à jornada média dos demais setores da atividade econômica e em todas as seis cidades abaixo. Em Recife, embora a jornada média do total dos ocupado tenha sido de 45 horas, em 2012, e 44, em 2013, no comércio ela é ainda maior: 49 e 48 horas respectivamente.

Tabela 1 – Jornada média semanal de trabalho dos ocupados no trabalho principal, segundo setores de atividade econômica (em horas semanais) Regiões metropolitanas, 2012 e 2013

Setores de atividade e Regiões	Belo Horizonte		Fortaleza		São Paulo		Porto Alegre		Recife		Salvador	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Total de ocupados	40	40	42	43	41	41	43	42	45	44	42	41
Indústria	41	41	43	43	41	42	43	42	46	45	42	42
Comércio	43	44	45	46	45	45	46	45	49	48	44	44
Serviços	38	39	40	41	40	40	41	40	43	42	40	40
Construção Civil	41	41	41	42	42	42	43	42	46	45	44	43

Fonte: DIEESE (2013).

Alta rotatividade: o entra-e-sai no comércio

Outro problema típico do trabalho no comércio é a **rotatividade**. Trata-se de um dos setores com menor índice de permanência no emprego, fenômeno que pode ser explicado por variados fatores, entre os quais estaria a **baixa remuneração**, a **informalidade**, a **sazonalidade** das vendas e o fato do comércio ser uma *porta de entrada* para o mercado de trabalho. A média de permanência do total dos assalariados nas grandes capitais, em 2001, era de 45 meses, enquanto para os trabalhadores no comércio esta média era de 36 meses (DIEESE, 2003b).

Em 2013, foram admitidos 5.397.547 trabalhadores no comércio e desligados 5.083.150, o que evidencia a alta rotatividade no setor. Esta alta rotatividade ocorre principalmente no setor de hipermercados e supermercados. Neste setor concentra-se o maior estoque de empregos no comércio. É o setor que mais cria empregos; mas é paradoxalmente aquele em que ocorrem mais demissões. Por quais razões?

Esse resultado pode estar ligado ao número elevado de pedidos de desligamento por iniciativa do trabalhador nas grandes redes de supermercados. As elevadas jornadas e os baixos salários têm cada vez mais afastado o trabalhador desse segmento. Ademais, a melhora no mercado de trabalho em geral no Brasil acaba oferecendo mais oportunidades para os trabalhadores encontrarem um novo emprego.

Os baixos salários predominam

Em 2013, os admitidos no comércio receberam, em média, R\$ 964,24 em 2013, aumento nominal de 9,3% diante de 2012 (R\$ 882,43). Descontada a inflação do período, o aumento real foi de 3,54%, reflexo do mercado de trabalho aquecido, das negociações dos pisos salariais e da política de valorização do salário mínimo.

No entanto, devido à elevada rotatividade do setor, os admitidos têm recebido, em média (R\$ 964,24), 94% do salário dos desligados (R\$ 1.026,11). Nesse contexto, os ganhos das campanhas salariais, em boa parte, estão sendo diluídos porque as empresas se utilizam da rotatividade para achatam salários.

Tabela 2 - Salário médio, por setor de atividade econômica, Brasil (2009)

Setores de Atividade Econômica	2009
Extrativa mineral	4868,58
Instituições de crédito, seguros e capitalização	3840,57
Serviços industriais de utilidade pública	2994,92
Indústria do material de transporte	2870,91
Ind. Química de produtos farmacêuticos, veterinários	2382,14
Indústria mecânica	2197,64
Administração pública direta e autárquica	2193,33
Ensino	2129,36
Indústria do material elétrico e de comunicações	1983,19
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1891,39
Indústria metalúrgica	1810,33
Transporte e comunicações	1578,32
Ind. Da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	1556,45
Comércio atacadista	1535,43
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1463,67
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários	1397,41
Construção civil	1296,10
Indústria de produtos minerais não metálicos	1197,69
Ind. De produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1180,41
Serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção	1068,34
Indústria da madeira e do mobiliário	1012,12
Comércio varejista	946,58
Ind. Textil do vestuário e artefatos de tecidos	941,75
Agricultura, sicultura, criação de animais	867,67
Ind. de calçados	823,24

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Ao compararmos o salário médio dos comerciários aos demais setores da atividade econômica no Brasil, no ano de 2009, observa-se que, exceto trabalhadores da indústria têxtil, de calçados e trabalhadores agrícolas, que receberam salários médios inferiores, todos os demais trabalhadores percebiam um salário superior aos trabalhadores do comércio varejista.

A informalidade afeta 1/5 dos empregos

Estudo realizado pelo Dieese (2003b) sobre o perfil do comerciário no início dos anos 2000 já evidenciava que, em relação ao tipo de contrato, a maioria dos comerciários era assalariada - cerca de 70% tinha carteira assinada. Todavia, já se podia notar o crescimento do percentual de trabalhadores sem carteira (em torno de 13,8%). A formalização do contrato tendia a ser menor nos pequenos estabelecimentos, enquanto nos grandes estabelecimentos a contratação formal tendia a ser maior, embora ali os salários eram menores.

Dez anos depois, a informalidade cresceu, afetando cerca de 20% do total dos trabalhadores, os quais não desfrutam das garantias trabalhistas asseguradas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Os trabalhadores informais não têm acesso aos benefícios da previdência social, nem são protegidos por Acordos e Convenções coletivas de trabalho, como ocorre com os contratados com registro em carteira de trabalho. Estes trabalhadores são privados de direitos como seguro desemprego, FGTS, 13º. Salário, PLR, aposentadoria, pensão e seguros previdenciários; bem como daquelas conquistas asseguradas nas negociações coletivas.

A **tabela 3** mostra que a região metropolitana de São Paulo é, não apenas a principal empregadora, dentre as regiões pesquisadas mas, aquela em que historicamente a informalidade tem sido mais frequente. Em 2008, 21,4%, 220.000 trabalhadores em números absolutos, não tinham carteira assinada.

Embora a informalidade afete em média de 20% dos trabalhadores no comércio, isso não significa que o trabalho formal não esteja isento **de irregularidades**, entre as quais o histórico problema do **caixa-2**. Entre os trabalhadores que percebem seus salários por comissão, é bastante comum que o montante recebido seja inferior ao montante registrado na carteira, afetando sobremaneira estes trabalhadores quando entram no período de aposentadoria.

Tabela 3 - Estimativa dos ocupados contratados no comércio, segundo forma de contratação nas regiões metropolitanas, 1998 e 2008

(em 1.000 pessoas)

Forma de contratação	Belo Horizonte				Distrito Federal				Porto Alegre			
	1998	%	2008	%	1998	%	2008	%	1998	%	2008	%
Total dos contratados no comércio	162	100,	269	100,	70	100,	127	100,	137	100,	205	100,
Empregados com carteira	116	71,6	219	81,4	48	68,6	99	77,3	108	78,8	168	82,0
Empregados sem carteira	32	19,8	36	13,4	16	22,9	21	16,4	18	13,1	29	14,1
Outras formas de contratação	14	8,6	14	5,2	6	8,6	8	6,3	11	8,1	8	3,9

Forma de contratação	Recife				Salvador				São Paulo			
	1998	%	2008	%	1998	%	2008	%	1998	%	2008	%
Total dos contratados no comércio	119	100,	158	100,	101	100,	139	100,	724	100,	1028	100,
Empregados com carteira	70	58,8	105	66,0	66	64,1	104	74,8	459	63,3	715	69,6
Empregados sem carteira	28	23,5	29	18,2	26	25,5	27	19,4	174	24,0	220	21,4
Outras formas de contratação	21	17,6	25	15,7	10	9,8	8	5,8	92	12,7	92	9,0

Fonte: DIEESE (2014).

Diante do quadro de exploração e precarização evidenciado, como tem reagido os comerciários no plano sindical no Brasil?

III. O setor do comércio: tendências, contradições e resistências

O setor do comércio caracteriza-se pela venda e revenda de mercadorias, sendo sua atividade determinada pela forma de disponibilização do produto no mercado, podendo ser varejista ou atacadista. Todavia, tomando o segmento do comércio em sua complexidade (mercadorias são produzidas no país ou são importadas, são de origem agrícola ou industrial, voltam-se para que mercado e para que perfil de consumidores), pode-se deduzir o quanto a adoção de determinadas políticas macroeconômicas (política de juros, de câmbio, abertura às exportações, elevação de impostos) por um lado e de políticas de emprego, trabalhistas e sociais (renda, salário, direitos sociais), por outro,

incidirão sobre a atividade comercial em geral e sobre os seus trabalhadores em particular.

Cerca de 70% da riqueza produzida no Brasil advém do setor de serviços. Em 2012, o comércio representava 13,6% do PIB e ocupava 10,2 milhões de trabalhadores no Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desde o início dos anos de 1990, ocorreu o incremento de investimentos externos na economia em geral e no comércio em particular, alterando o perfil dos estabelecimentos comerciais (crescimento de fusões, aumento das redes multinacionais) e concentrando a renda e a riqueza.

O setor do comércio no Brasil é bastante heterogêneo. É constituído por grandes conglomerados internacionais, entre os quais os grupos Casino, Wal-Mart e Carrefour, de um lado, e, de outro, por micro, pequenas e médias empresas, muitas delas de propriedade familiar. Neste conjunto de unidades produtivas que incorporam diversos níveis de capital, o acesso à tecnologia, ao crédito e à capacitação em gestão também é diferenciado, gerando disparidades de produtividade, rentabilidade e qualidade do trabalho. Como forma de compensar as diferentes condições de competitividade utiliza-se, de forma recorrente, o rebaixamento do custo do trabalho, visando pressionar e constranger os trabalhadores a aceitarem condições que tangenciam o legal e o ilegal, o formal e o informal, o regular e o irregular, como evidenciamos acima.

Em estudo anterior (TROPIA, 1994), analisamos duas situações de trabalho dominantes no comércio: uma tipificada pelo pequeno e médio comércio, disperso geograficamente, com relações de trabalho formais e informais, remuneração por comissão, atendimento e contato com o público; e outra tipificada pelo grande comércio atacadista e varejista, como o setor de supermercados e hipermercados, onde predomina a concentração espacial e relações de trabalho caracterizadas pela formalidade, pela remuneração fixa e pelo trabalho padronizado de reposição e estoque de mercadorias ou de operação de caixas. Estas duas situações de trabalho criam distintas tendências nos planos político e sindical. A situação de trabalho característica do pequeno e médio comércios cria uma tendência à conformar um trabalhador “autônomo”, que subjetivamente concebe sua relação com o patrão como uma relação pessoal, como sócio do capital, dificultando a resistência e os conflitos extraordinários. A proximidade do patrão nos pequenos estabelecimentos, o salário por comissão, a dependência em relação às vendas e aos clientes e, finalmente, os conflitos ordinários impelidos mais pela

concorrência, tudo isso tende a transformar a relação capital trabalho em relação passiva e de parceria. Por sua vez, a situação de trabalho caracterizada pelo grande comércio tende a conformar uma relação de trabalho tipicamente capitalista. A concentração nas grandes empresas, o salário fixo, hierarquias bem definidas (gestores, coordenadores, supervisores) nos estabelecimentos tudo isso cria tendências estruturais. São todavia as tendências históricas e conjunturais nos diferentes países que explicam porque é também nesta situação de trabalho que, para além dos conflitos ordinários (situações de constrangimento, pressão, alta insatisfação no trabalho), tem sido deflagrados o que denominamos conflitos extraordinários, na forma de mobilizações, paralisações, greves e até ocupações de loja. A tabela 4 abaixo mostra que no período da maior atividade grevista no Brasil – nos anos de 1980 o Brasil é o maior responsável pelo ciclo de greves no mundo (NORONHA, 1991) – mais de 1/3 das greves ocorreram nos supermercados e hipermercados.

Tabela 4 - Greves de comerciários no Brasil (1982-91) por tipo de estabelecimento

Tipo de Estabelecimento	Número de greves	%
Supermercado e hipermercados	22	36,3
Magazines	15	22,7
Geral	15	22,7
Lojas	6	9,1
Concessionária de automóvel	5	7,6
Sem informação	1	1,5
Total	66	100,0

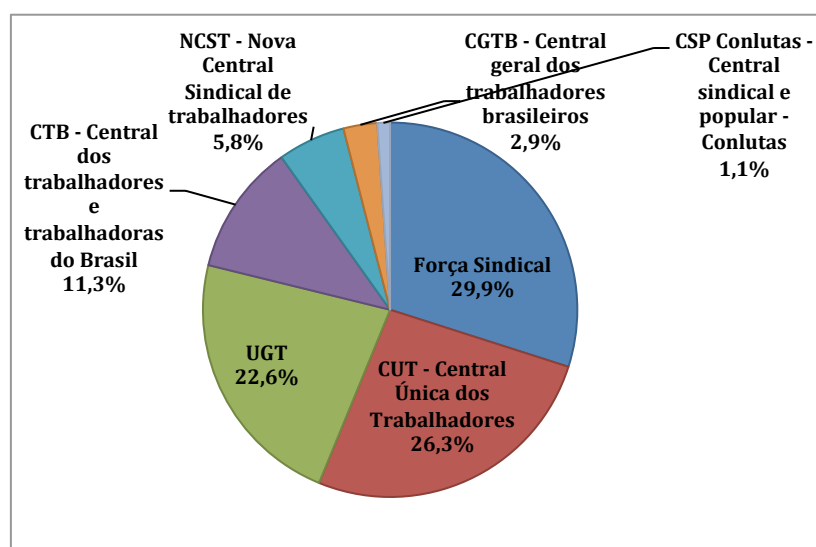
Fonte: Elaboração própria a partir dos Boletins do DIEESE.

O perfil de retaguarda

A filiação dos comerciários às centrais sindicais reflete uma orientação predominantemente reformista. O gráfico 1 abaixo revela que, em 2009, a Força Sindical era a central que mais atraía sindicatos do comércio, seguida da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da União Geral do Trabalhadores (UGT). A Força Sindical e a UGT tem perfis político-ideológicos próximos, inclusive a UGT é resultado de alianças entre as correntes sindicais que compunham a CGT e importantes dissidências da Força Sindical - como é o caso do seu atual presidente, Ricardo Patah, cujo sindicato, o Sindicato dos empregados no comércio de São Paulo, era filiado à Força Sindical. Força Sindical e UGT representavam 52,5% do total.

A CUT representava, em 2009, 26,3% do total de sindicatos filiados a alguma central. Ainda que não seja a central hegemônica, nem a majoritária, não deixa de ser significativo o fato de ¼ dos sindicatos de trabalhadores no comércio serem filiados à CUT. Por sua vez a Conlutas, a central cujo programa é claramente socialista e de confronto aos governos do Partido dos Trabalhadores, representava apenas 1,1% dos sindicatos.

Gráfico 1 – Sindicatos de comerciários por filiação às centrais (2009)

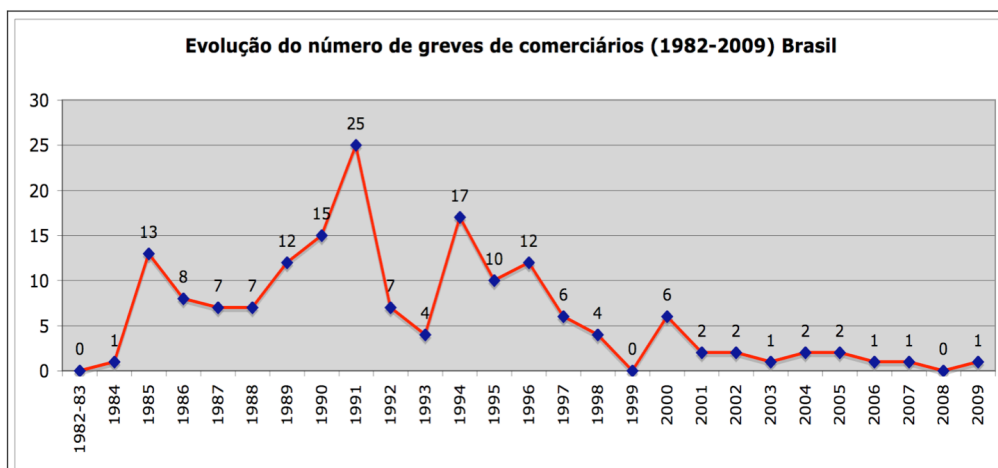


Fonte: SIS/ DIEESE. Elaboração própria a partir dos dados do Sistema de Informações Sindicais.

Luta de resistência: greves e paralizações

A partir dos dados do Sistema de Acompanhamento de Greves do Dieese, analisamos a evolução das greves dos comerciários no país. No período 1982-2009, são deflagradas 166 greves no setor do comércio. As greves no setor do comércio apresentam um perfil relativamente típico do sindicalismo brasileiro. Enquanto nos anos 80 foram deflagradas 63 greves, nos anos 1990 ocorreram 91 greves.

Gráfico 2 – Evolução das Greves de comerciários no Brasil (1982-91)



Fonte: DIESAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves. Painel original. Elaboração própria.

Nos anos 2000 cai o número de greves para 12. Considerando todo o período, o ano de 1991 é aquele em que ocorrem o maior número de greves de comerciários, 25 paralisações, motivadas sobretudo pela reposição da inflação durante o governo Collor.

Ao analisarmos a natureza das reivindicações, concluímos que, no período 1991-2009, as reivindicações de natureza salarial predominam entre os comerciários. Nada menos do que 94 paralisações foram motivadas por questões relativas a salário e remuneração, 68,1% do total. Do total, 8,7% foram motivadas por melhorias nas condições de trabalho, 18,8% por mudanças nas relações de trabalho, tais como jornada de trabalho. Baixos salários seriam, assim, a principal reivindicação dos comerciários, seguida por questões relativas às relações e condições de trabalho.

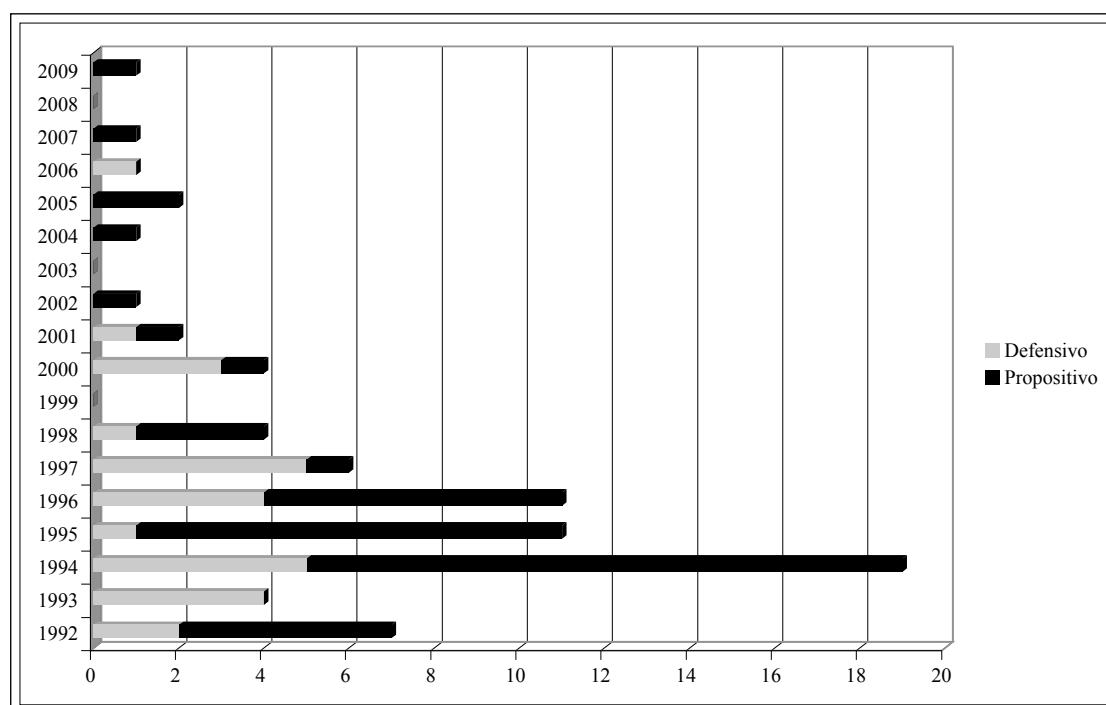
Tabela 5 - Greves no comércio por motivo das reivindicações (1992-2009)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Salário e remuneração	24	6	3	14	10	11	6	3	-	6	2	2	1	2	2	-	1	-	1	94
Relações de trabalho	3	2	-	6	3	3	2	2	-	2	-	-	-	2	-	1	-	-	-	26
Condições de trabalho	-	1	-	4	4	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	12
Relações sindicais	-	1	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Político	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	2
Total	25	7	4	17	10	12	6	4	-	6	2	2	1	2	2	1	1	-	1	103

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves. Painel original. Elaboração própria.

Em relação ao caráter das reivindicações, é possível verificar que tanto nos anos de 1990, quanto nos anos 2000 as greves assumem um caráter predominantemente propositivo, como podemos verificar pelo gráfico abaixo. Apenas nos anos de 1993, 1997, 2000 e 2006, as greves foram majoritariamente defensivas.

Gráfico 3 - Número de greves no comércio por caráter das reivindicações (1992-2009)



Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves. Painel original. Elaboração própria.

No período 1991-2009, das 103 greves deflagradas, 40 eram de Trabalhadores no Comércio Varejista de Minérios e Derivados de Petróleo e 63 de outras categorias profissionais do setor. É possível notar pelo levantamento que realizamos que dessas 63 greves, 23 são de companhias estaduais, tais como CEAGESP, CEASA etc. Já das 40 greves restantes, 7 eram de categoria.

Procuramos aprofundar o estudo de algumas greves deflagradas no setor de varejista de supermercados e no setor atacadista.

No ano de 2004, foram duas paralisações no comércio, ambas deflagradas por comerciários em centros de distribuição públicos de alimentos: do Ceagesp, em São Paulo, e da Ebal, na Bahia. No ano de 2005, o ocorre apenas uma greve de comerciários da esfera pública. Em 2007, ocorre uma greve no Ceagesp, em São Paulo, além de duas

outras paralisações, não captadas pelo Dieese: ambas deflagradas nos supermercados Carrefour (Bahia e Osasco/SP). No primeiro caso, as reivindicações diziam respeito às condições de trabalho (má qualidade da água e das cadeiras utilizadas pelos caixas) e à jornada excessiva de trabalho, chegando até 17 horas de trabalho! Em Osasco, a paralisação dos comerciários, convocada pela CONTRACS, encontrou uma reação violenta por parte da empresa e da polícia, ganhando notoriedade em todo o mundo. Estas duas paralisações, embora em pequeno número, expressam o nível de precarização das condições de trabalho nas grandes redes de supermercados multinacionais.

Conclusão

Podemos concluir que as greves deflagradas no comércio refletem os problemas vivenciados pelos trabalhadores neste setor. Contrasta, assim, com a importância do setor do comércio na economia brasileira, o baixo padrão salarial e os problemas relativos à jornada de trabalho, seja no que diz respeito à sua extensão numérica, seja no que diz respeito à distribuição desta jornada ao longo da semana (abertura do comércio aos domingos e feriados).

O reduzido número de greves no comércio pode ser explicado em função de algumas variáveis importantes, entre as quais a dispersão espacial dos comerciários que trabalham em pequenas empresas. O trabalho em pequenos estabelecimentos, onde, em geral, estão presentes os próprios patrões, dificulta a criação de laços de solidariedade e de identidade coletiva entre os trabalhadores. Por sua vez, é nesta situação de trabalho que predomina o salário por comissão e o contato com o público, características que podem fazer os comerciários a: 1) crer que seu salário depende muito mais do seu êxito individual, de sua habilidade, de seu talento na abordagem dos clientes, 2) conceber os demais comerciários como concorrentes e não como aliados e 3) minimizar a capacidade coletiva de luta por melhorias salariais pela via sindical. Nestes estabelecimentos, a inserção das lideranças sindicais – ao menos das lideranças sindicais comprometidas com a luta pela melhoria das condições salariais e de trabalho dos comerciários – é imensamente mais difícil, na medida em que esta inserção pode expor os comerciários a constrangimentos de natureza política, sendo bastante comum os relatos segundo os quais os comerciários que se sindicalizarem são ameaçados de demissão. Embora

ameaças desta natureza não sejam exclusivas dos pequenos estabelecimentos – relatos de lideranças sindicais no Brasil e estudos em empresas do setor de supermercados e hipermercados nos Estados Unidos evidenciam as estratégias utilizadas pelo patronato para controlar a sindicalização -, o controle efetivo dos comerciários sindicalizados é bastante mais plausível nas pequenas e médias empresas.

Neste sentido, nossa hipótese é que as greves no comércio tendem a ocorrer nos setores onde há concentração de trabalhadores (supermercados, empresas de distribuição), justamente naqueles setores em que a situação de trabalho é marcada pelo salário fixo, por um contato estandardizado com o público e pela concentração espacial no mesmo local de trabalho.

Bibliografia

DIEESE. “Comerciários perdem mais de 40% da renda desde 1995. São Paulo, 2003a. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acessado em 7 de Dezembro de 2010.

DIEESE. Perfil dos trabalhadores no comércio. São Paulo, 2003b. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/estudos_setoriais.xml>. Acessado em 10 de Novembro de 2009.

DONOSO, Virgínia Rolla. e HORN, Carlos Henrique. “Negociações coletivas de trabalho: o caso do comércio varejista de Porto Alegre, 1978-2004”. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/indicadores/34_01/13_parte.pdf>. Acessado em 3 de maio de 2009.

Duménil, G. e Lévy, D. (orgs.). Uma nova fase do capitalismo?. São Paulo, Xamã, 2003.

GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma sindical no Brasil*. Campinas, Tese de doutorado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2003.

NEPP. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. *Relatório sobre a situação social do país*, Campinas: Unicamp, 1988.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. (p. 93-135). In: BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1981.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2002.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo*, Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH-Unicamp, 1994.

_____. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.